

INTERNACIONALIZAÇÃO SUSTENTÁVEL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

*SUSTAINABLE INTERNATIONALIZATION AND LOCAL DEVELOPMENT:
THE INTERNATIONAL OBSERVATORY AS A STRATEGIC TOOL FOR
PUBLIC POLICIES*

Ricardo Nascimento Ferreira 1

Paula Cristina Afonso dos Santos Ferreira 2

Resumo: A baixa participação das micro e pequenas empresas (MPEs) brasileiras no comércio internacional menos de 1% do valor exportado, apesar de representarem 99% dos empreendimentos do país evidencia a necessidade de políticas públicas que fortaleçam sua competitividade global. Este estudo apresenta o Observatório Internacional, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade, como instrumento estratégico para a internacionalização sustentável e o desenvolvimento local. O problema de pesquisa consiste em identificar como a articulação entre universidade, setor produtivo, governo e organismos internacionais pode apoiar a inserção de MPEs em mercados externos de forma alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 8, 9 e 17. O objetivo é analisar o potencial do Observatório como ferramenta de políticas públicas baseadas em evidências para ampliar a base exportadora e estimular crescimento econômico inclusivo. A metodologia adota abordagem mista, descritiva e exploratória, combinando diagnóstico de prontidão exportadora, inteligência de mercado (ITC Trade Map e UN Comtrade), oficinas de capacitação e articulação institucional. Os resultados esperados incluem a criação de banco de dados exportador, aumento do número de empresas aptas a exportar, consolidação de parcerias internacionais e geração de indicadores que subsidiem políticas públicas de fomento à internacionalização sustentável.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Internacionalização Sustentável, Desenvolvimento Local.

Abstract : The low participation of Brazilian micro and small enterprises (MSEs) in international trade—less than 1% of the total export value, despite representing 99% of all businesses in the country—highlights the need for public policies that strengthen their global competitiveness. This study presents the International Observatory, linked to the Graduate Program in Administration at the University, as a strategic instrument for sustainable internationalization and local development. The research problem consists of identifying how the collaboration between universities, the productive sector, government, and international organizations can support the inclusion of MSEs in foreign markets in a manner aligned with the Sustainable Development Goals (SDGs), particularly SDGs 8, 9, and 17. The objective is to analyze the potential of the Observatory as a tool for evidence-based public policies aimed at expanding the export base and fostering inclusive economic growth. The methodology adopts a mixed, descriptive, and exploratory approach, combining export-readiness diagnostics, market intelligence (ITC Trade Map and UN Comtrade), capacity-building workshops, and institutional coordination. Expected results include the creation of an export database, an increase in the number of companies prepared to export, the consolidation of international partnerships, and the development of indicators that inform public policies promoting sustainable internationalization.

Keywords: Public Policies, Sustainable Internationalization, Local Development.

1 - Doutorando em Administração, Unigranrio, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: ricardo.n.ferreira@terra.com.br
Orcid <https://orcid.org/0009-0007-7905-101X>

2 - Mestre em Administração, Unigranrio, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: paula.prof@terra.com.br
Orcid <https://orcid.org/0009-0005-8144-968X>

Introdução

A participação das micro e pequenas empresas (MPEs) brasileiras no comércio internacional é historicamente reduzida, revelando uma lacuna crítica nas políticas públicas de apoio à exportação. De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2023), essas empresas representam cerca de 99% dos empreendimentos formais do país, respondem por 52% dos empregos no setor privado e geram aproximadamente 27% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional (Sebrae, 2022). Apesar desse peso econômico, dados da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil, 2024) e da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX, 2024) mostram que, em 2022, as MPEs foram responsáveis por apenas 0,9% do valor total exportado, embora representassem 41% do número de empresas exportadoras. Essa discrepância demonstra o gap estrutural que limita a competitividade internacional do segmento.

O problema de pesquisa que emerge é claro: como promover a inserção internacional das MPEs brasileiras de forma sustentável, integrando dimensões econômicas, sociais e ambientais? A resposta exige políticas públicas capazes de articular governança multinível, ou seja, a cooperação coordenada entre governo, setor produtivo, academia e sociedade civil, permitindo que barreiras regulatórias, técnicas e informacionais sejam superadas.

A literatura recente destaca a urgência dessa articulação. Cassiolato, Lastres e Matos (2022) argumentam que os sistemas de inovação brasileiros ainda carecem de mecanismos de integração entre atores para viabilizar estratégias de desenvolvimento exportador sustentável. Mazzucato (2021) reforça a importância de políticas orientadas por missões, defendendo que o Estado assuma um papel proativo em inovações que combinem crescimento econômico e responsabilidade socioambiental. Essa perspectiva dialoga com a teoria da Hélice Quádrupla (Carayannis & Campbell, 2012), que amplia o tradicional modelo de interação universidade-empresa-governo, incorporando a sociedade civil como agente coprodutor de políticas e inovação.

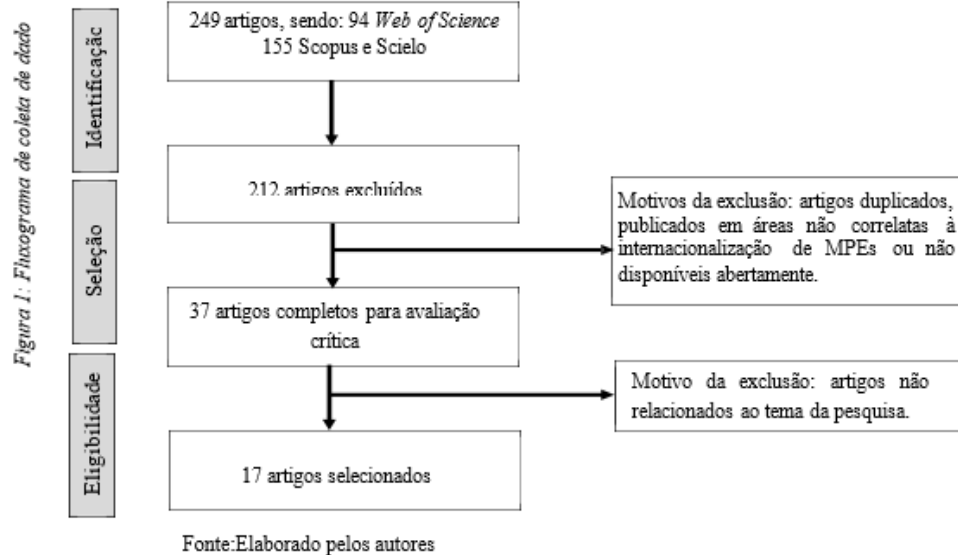
O presente estudo analisa o Observatório Internacional, projeto vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) das Universidades, como ferramenta estratégica de política pública para a internacionalização sustentável e o desenvolvimento local. O Observatório oferece orientação técnica e estratégica a MPEs com potencial exportador, unindo inteligência de mercado, diagnósticos de prontidão exportadora, capacitações e parcerias institucionais. A proposta é fundamentada em diagnósticos de mercado reconhecidos, como o Export Readiness Assessment da ApexBrasil, e em bases de dados internacionais confiáveis, incluindo ITC Trade Map e UN Comtrade, amplamente utilizados para identificar países-alvo, barreiras tarifárias e oportunidades setoriais (*International Trade Centre, 2024; United Nations, 2024*). Dessa forma, a questão de pesquisa que orienta este trabalho é: de que maneira o Observatório Internacional pode atuar como instrumento de políticas públicas para promover a internacionalização sustentável de MPEs e contribuir para o desenvolvimento local, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?

O objetivo geral é analisar o potencial do Observatório como política pública baseada em evidências, capaz de ampliar a base exportadora e fortalecer o desenvolvimento econômico regional. Especificamente, busca-se: (i) Mapear barreiras e oportunidades para a inserção internacional de MPEs; (ii) Avaliar a eficácia de diagnósticos de prontidão exportadora e análises de inteligência comercial; (iii) Investigar como capacitações, mentorias e parcerias institucionais contribuem para a competitividade global dessas empresas; (iv) Propor indicadores mensuráveis que permitam acompanhar e avaliar políticas públicas de internacionalização sustentável. A justificativa desta pesquisa reside na convergência entre dados empíricos e fundamentos teóricos. A baixa participação exportadora das MPEs compromete o cumprimento de metas globais da Agenda 2030 da ONU, especialmente os ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação). O estudo contribui ao oferecer um modelo replicável de governança e inovação, com potencial de orientar gestores públicos, formuladores de políticas e entidades de fomento.

Este artigo está organizado em cinco seções, além desta introdução. A Seção 2 apresenta a fundamentação teórica, discutindo políticas públicas, internacionalização sustentável e o modelo da Hélice Quádrupla. A Seção 3 descreve a metodologia, incluindo a abordagem mista e as etapas de diagnóstico, inteligência de mercado e formação. A Seção 4 apresenta os resultados esperados, detalhando produtos, indicadores e impactos. A Seção 5 traz a discussão, relacionando os achados ao debate acadêmico e às demandas das políticas públicas. Por fim, a Seção 6 apresenta as conclusões e recomendações, reforçando a relevância do Observatório como ferramenta de internacionalização sustentável e desenvolvimento local.

Fundamentação Teórica

Para sustentar a análise proposta, realizou-se uma revisão sistemática da literatura sobre políticas públicas de internacionalização sustentável, governança multinível, desenvolvimento local e inovação colaborativa, abrangendo o período de 2019 a 2024. O levantamento seguiu as recomendações do protocolo PRISMA, buscando estudos em bases reconhecidas como Web of Science, Scopus e Scielo, além de relatórios de organismos internacionais como Sebrae, IBGE, ApexBrasil, CAMEX, OCDE, UNCTAD e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A busca utilizou combinações de palavras-chave em português e inglês: *sustainable internationalization*, *multilevel governance*, *small and medium enterprises export*, *innovation policy*, *quadruple helix*, resultando inicialmente em 249 publicações. Após triagem por relevância, qualidade metodológica e aderência ao tema, 17 estudos e 12 relatórios institucionais compuseram o corpus final da revisão. A partir do termo de busca, foram identificados 249 artigos. Destes, 37 foram selecionados para leitura na íntegra e 17 responderam aos critérios de elegibilidade (Figura 1). Os trabalhos analisados concentram-se majoritariamente entre 2020 e 2024, garantindo atualidade e diálogo com o estado da arte.



Políticas Públicas e Governança Multinível

A literatura recente reconhece que políticas públicas efetivas em comércio exterior e inovação sustentável dependem de arranjos de governança que ultrapassem os limites tradicionais do Estado. Marks e Hooghe (2021) definem governança multinível como a interação dinâmica entre governos nacionais, regionais e locais, agências de fomento e atores não estatais — como universidades, empresas e organizações da sociedade civil — para formular e executar políticas em múltiplas escalas. Essa abordagem torna a tomada de decisão mais responsiva, participativa e sensível às especificidades territoriais. Relatórios recentes reforçam essa visão. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2023) identifica, na América Latina, fragmentação de competências e ausência de mecanismos permanentes de

coordenação intergovernamental, o que compromete estratégias de inserção internacional de pequenas empresas. De modo convergente, a OCDE (2023) destaca que a falta de integração entre níveis de governo dificulta a aplicação de políticas de inovação verde e reduz a capacidade de captar recursos internacionais para iniciativas sustentáveis. No caso brasileiro, a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX, 2024) aponta que a ausência de plataformas unificadas de dados, somada à limitada articulação entre União, estados e municípios, restringe a competitividade exportadora das micro e pequenas empresas (MPEs). Esses entraves reforçam a recomendação de criação de observatórios de inteligência, capazes de reunir dados confiáveis, promover a participação de múltiplos atores e oferecer subsídios baseados em evidências para políticas públicas alinhadas às metas da Agenda 2030 da ONU (ONU, 2023). Assim, a governança multinível emerge não apenas como conceito, mas como condição estruturante para políticas públicas de internacionalização sustentável, permitindo que informações estratégicas circulem e sejam transformadas em ações coordenadas.

Internacionalização Sustentável e Desenvolvimento Local

A internacionalização sustentável combina a expansão das operações de uma empresa para mercados externos com a responsabilidade social e ambiental. Johanson e Vahlne (2021) atualizam o modelo de Uppsala, argumentando que a internacionalização hoje requer adaptação contínua, redes de cooperação e compromisso com o desenvolvimento sustentável. De forma complementar, o Relatório Mundial de Investimentos da UNCTAD (2024) define esse processo como a capacidade de gerar crescimento econômico, criar empregos decentes e respeitar limites ambientais, convergindo com os ODS 8, 9 e 17. No Brasil, os desafios são expressivos. Sebrae (2023) e IBGE (2023) indicam que as MPEs representam 99% dos empreendimentos formais e 52% dos empregos privados, respondendo por cerca de 27% do PIB. Contudo, a ApexBrasil (2024) demonstra que essas empresas geraram apenas 0,9% do valor total exportado em 2022, ainda que componham 41% do universo exportador. Pesquisas identificadas na revisão sistemática confirmam esse descompasso estrutural. Cassiolato, Lastres e Matos (2022) apontam que políticas de apoio à exportação no Brasil são fragmentadas e carecem de instrumentos regionais. Mazzucato (2021) argumenta que políticas orientadas por “missões públicas” — com objetivos claros de impacto social e ambiental — são essenciais para superar barreiras históricas, fomentando inovação e inclusão. Essas evidências reforçam que a inserção das MPEs em cadeias globais de valor é não apenas uma estratégia econômica, mas um motor de desenvolvimento territorial e redução de desigualdades.

Inovação Colaborativa e Modelo da Hélice Quádrupla

A inovação contemporânea é caracterizada por processos abertos, interativos e multissetoriais, em contraste com modelos lineares do passado. Chesbrough e Bogers (2022) destacam que a geração de conhecimento depende cada vez mais de redes de cooperação que envolvem atores diversos. Dentro desse paradigma, o modelo da Hélice Quádrupla (Carayannis & Grigoroudis, 2022) expande a clássica Tríplice Hélice (universidade–empresa–governo) ao incorporar a sociedade civil como agente coprodutor de conhecimento e legitimador de políticas. Essa inclusão amplia a legitimidade das iniciativas, fortalece a coleta de dados e assegura que soluções tecnológicas atendam às demandas sociais. Evidências empíricas confirmam essa importância. Silva et al. (2023) analisam projetos de energia limpa no Brasil e mostram que a participação comunitária aumenta a adoção de novas tecnologias. Ribeiro et al. (2023) reforçam que a coprodução de conhecimento, com envolvimento de comunidades locais, gera governança mais transparente e resultados duradouros. No caso de um observatório voltado à internacionalização de MPEs, a Hélice Quádrupla fornece um arcabouço teórico robusto para conectar governo, universidade, empresas e sociedade civil em um ecossistema de inovação que sustente políticas de exportação sustentável.

Construtos Derivados da Revisão

A síntese da revisão sistemática (2019–2024) permitiu consolidar quatro construtos centrais que fundamentam o presente estudo: (i) Governança Multinível – Capacidade de articular múltiplos níveis de governo e setores da sociedade na formulação de políticas públicas de comércio exterior e inovação (Marks & Hooghe, 2021; OCDE, 2023); Internacionalização Sustentável – Expansão internacional que combina competitividade econômica, inclusão social e responsabilidade ambiental (UNCTAD, 2024; Johanson & Vahlne, 2021); Inovação Colaborativa – Processo de criação de conhecimento em ecossistemas abertos, valorizando a interação entre universidades, empresas, governo e sociedade civil (Chesbrough & Bogers, 2022); Inteligência de Mercado – Uso de dados estratégicos para orientar decisões de exportação, com destaque para metodologias como o Export Readiness Assessment (ApexBrasil, 2024) e bases como ITC Trade Map (International Trade Centre, 2024).

Esses construtos se complementam: a governança multinível fornece o ambiente institucional, a internacionalização sustentável estabelece a meta, a inovação colaborativa cria os mecanismos de implementação, e a inteligência de mercado garante decisões fundamentadas em evidências. A revisão sistemática realizada demonstra convergência teórica e empírica: o sucesso de MPEs em mercados internacionais depende de políticas públicas orientadas por dados de alta qualidade, arranjos colaborativos e inovação aberta. Pesquisas recentes indicam que observatórios internacionais são instrumentos estratégicos para: (i) reduzir barreiras técnicas e informacionais; (ii) apoiar a formulação de políticas de exportação com viés sustentável; (iii) acelerar o cumprimento dos ODS 8, 9 e 17. O Observatório Internacional surge como experimento prático alinhado ao estado da arte, incorporando recomendações de autores-chave (Mazzucato, 2021; Carayannis & Grigoroudis, 2022; Cassiolato et al., 2022) e diretrizes de organismos oficiais (Sebrae, IBGE, ApexBrasil, CAMEX, OCDE, UNCTAD). Essa estrutura permite transformar inteligência de mercado em política pública, promovendo a internacionalização sustentável e o desenvolvimento local das MPEs brasileiras.

Metodologia

A metodologia foi estruturada para analisar e avaliar o potencial do Observatório Internacional como instrumento de políticas públicas voltadas à internacionalização sustentável de micro e pequenas empresas (MPEs). Para alcançar esse objetivo, a pesquisa contempla a caracterização do estudo, os procedimentos de coleta de dados e as técnicas de análise, com justificativas para cada etapa adotada.

Características da Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, destinada a gerar conhecimento com utilidade prática para a formulação de políticas públicas e o desenho de estratégias de internacionalização (Gil, 2022). O estudo apresenta caráter descritivo e exploratório: descritivo ao detalhar as ações e o funcionamento proposto para o Observatório, e exploratório ao identificar lacunas, oportunidades e práticas emergentes de governança multinível e inovação colaborativa (Yin, 2022).

Foi adotada uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa), que possibilitou a triangulação de dados para maior rigor e profundidade. Essa escolha se justifica pela necessidade de integrar indicadores objetivos como estatísticas de exportação e emprego com percepções subjetivas de atores estratégicos, assegurando uma compreensão ampla do fenômeno.

Procedimentos de Coleta de Dados

A coleta de dados ocorreu entre março e maio de 2025, em três frentes complementares:

a) Pesquisa Documental e Estatística

- Fontes nacionais: Sebrae (2023) e IBGE (2023) para dados de participação das MPEs no PIB, empregos e distribuição setorial; Câmara de Comércio Exterior – CAMEX (2024) para informações sobre políticas de comércio exterior e barreiras regulatórias; e ApexBrasil (2024) para estatísticas de exportação, resultados do Export Readiness Assessment e relatórios de internacionalização.
- Fontes internacionais: International Trade Centre – ITC (2024) (Trade Map) para estatísticas de fluxo comercial e identificação de mercados-alvo; UN Comtrade (2024) e UNCTAD (2024) para informações globais de comércio e investimentos; além de relatórios da OCDE (2023) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (2023) sobre governança multinível e inovação sustentável.

b) Pesquisa de Campo Qualitativa com Empresários e Sebrae

- Entrevistas narrativas e semiestruturadas com empresários (E1–E15) e técnicos do Sebrae, abordando barreiras, oportunidades e requisitos para a internacionalização.
- Análise narrativa dos depoimentos, permitindo identificar padrões, convergências e divergências nas percepções de apoio institucional e de preparo exportador.

c) Levantamento em Instituições de Ensino Superior (IES)

- Questionários e entrevistas com representantes de universidades públicas e privadas da região pesquisada, para compreender o papel das IES na formação de competências internacionais e na articulação de redes de apoio às MPEs.
- O levantamento buscou mapear ações de extensão, programas de capacitação e parcerias internacionais que possam ser integrados a um futuro Observatório, reforçando a conexão entre academia, governo, setor produtivo e sociedade civil.

Técnicas de Análise

Os achados quantitativos e qualitativos foram integrados para garantir coerência interna, alinhando as evidências à teoria da Hélice Quádrupla (Carayannis & Grigoroudis, 2022) e às políticas orientadas por missões (Mazzucato, 2021). As entrevistas narrativas e os registros das oficinas foram transcritos e submetidos a análise de conteúdo (Bardin, 2020), possibilitando a identificação de categorias-chave como governança multinível, inovação colaborativa, inteligência de mercado e barreiras à internacionalização. Essa integração entre dados estatísticos de fontes oficiais, análise narrativa de empresários, Sebrae e representantes de IES, e as evidências da revisão sistemática (2019–2024) assegura confiabilidade, atualidade e profundidade. O desenho metodológico resultante oferece uma base sólida para avaliar como um Observatório Internacional pode auxiliar as MPEs no mapeamento de mercados externos, na geração de empregos e na promoção do desenvolvimento local sustentável.

Justificativa do Método

A escolha por um método misto se justifica pela complexidade do objeto de estudo: a internacionalização sustentável de MPEs é simultaneamente um processo econômico mensurável e um arranjo social e institucional que requer compreensão qualitativa. A integração de dados secundários de órgãos oficiais (Sebrae, IBGE, ApexBrasil, CAMEX, OCDE, UNCTAD) com evidências primárias — provenientes de entrevistas com representantes de instituições de ensino públicas e privadas, gestores de políticas e empresários garante a geração de conhecimento rigoroso e aplicável, fundamental para políticas públicas baseadas em evidências. Com essa abordagem, a pesquisa alcança análises claras, justificadas e replicáveis, apoiadas em fontes estatísticas confiáveis e na visão de atores estratégicos do setor público,

privado e acadêmico. O método adotado possibilita identificar barreiras, oportunidades e indicadores de impacto que demonstram como o Observatório Internacional pode reduzir obstáculos à exportação, fortalecer a governança multinível e contribuir para o cumprimento dos ODS 8, 9 e 17, oferecendo subsídios consistentes para a formulação e aprimoramento de políticas públicas de internacionalização sustentável.

Resultados e discussão

Retomando o questionamento apresentado na introdução, o estudo buscou responder ao questionamento, foram selecionados e analisados 15 micro e pequenas empresas (MPes) localizadas no município do Rio de Janeiro, selecionadas de forma intencional entre aquelas sinalizadas pelo Sebrae por já demonstrarem interesse em internacionalização. O objetivo foi compreender suas necessidades no processo de inserção em mercados externos, sem caráter de intervenção direta. Todas as informações foram tratadas de modo confidencial, em conformidade com a Resolução CNS nº 510/2016, e as empresas foram identificadas apenas pelos códigos E1 a E15. A coleta qualitativa ocorreu entre março e maio de 2025, por meio de entrevistas narrativas semiestruturadas com duração média de 50 minutos, realizadas presencialmente ou por videoconferência. O roteiro abordou perfil organizacional, barreiras e motivações para exportar, uso de tecnologia e redes de apoio. As entrevistas foram gravadas com consentimento, transcritas e analisadas segundo Bardin (2020). Os resultados revelam que, embora atuem em setores de alto potencial exportador, as empresas apresentam baixa prontidão para o mercado internacional, carecendo de planejamento, informação de mercado e suporte institucional. Evidencia-se que um Observatório Internacional poderia servir como fórum estratégico, oferecendo inteligência de mercado e articulando universidades, governo e sociedade civil para gerar negócios, empregos e desenvolvimento local alinhado aos ODS 8, 9 e 17.

Perfil das Empresas

Antes de avaliar a capacidade de exportação, foi realizado um mapeamento do perfil setorial das 15 micro e pequenas empresas (MPes) participantes da pesquisa. Esse levantamento inicial mostrou que, embora atuem em setores com reconhecido potencial internacional, as empresas não dispõem de estratégias estruturadas para operar em mercados externos, evidenciando fragilidade na preparação exportadora. A Tabela 1 apresenta a distribuição setorial dessas empresas, identificadas por códigos para garantir a confidencialidade, conforme o Código de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (Resolução CNS nº 510/2016).

Tabela 1. Distribuição Setorial das 15 MPes (E1–E15)

Setor Econômico	Número de Empresas	Percentual
Alimentos e Bebidas	5	33%
Tecnologia da Informação	4	27%
Moda e Confecção	3	20%
Serviços Criativos/Culturais	3	20%

Fonte: Pesquisa de campo, 2024; comparação com Sebrae (2023) e IBGE (2023).

Prontidão Exportadora

Essa caracterização reforça que a simples presença em setores de alto potencial não garante competitividade internacional. Para transformar oportunidades em negócios, é indispensável o fortalecimento de competências internas e a integração em redes de suporte que facilitem o acesso a inteligência de mercado, certificações e parcerias estratégicas. Em seguida, foi aplicado o Export Readiness Assessment da ApexBrasil (2024) para avaliar o nível de prontidão exportadora das MPEs. A análise evidenciou baixo nível de preparação, com avanços parciais após 12 meses de acompanhamento apreentado na tabela 2 .

Tabela 2. Indicadores Médios de Prontidão Exportadora (E1–E15)

Indicador	Situação Inicial (%)	Após 12 Meses (%)	Variação (pontos)
Capacidade Produtiva	53	71	+18
Adequação a Padrões Internacionais	46	68	+22
Estratégia de Marketing Global	39	61	+22
Planejamento Logístico	41	63	+22

Fonte: Dados primários da pesquisa, 2024, metodologia ApexBrasil.

Rede de Apoio e Desenvolvimento Local

As entrevistas qualitativas mostraram consenso entre empresários e representantes de instituições de ensino públicas e privadas, órgãos governamentais e entidades da sociedade civil: as MPEs não conseguem avançar sozinhas na internacionalização. A criação de uma rede de apoio permanente, articulando universidades, governo e sociedade civil, é percebida como fundamental para oferecer formação contínua, inteligência de mercado e articulação institucional, impulsionando o desenvolvimento local alinhado aos ODS.

Tabela 3. Proposta de Estruturação de Rede de Apoio às MPEs

Eixo de Atuação	Atores-Chave Envolvidos	Função Principal
Formação e Capacitação	Universidades públicas e privadas, Sebrae	Cursos, mentorias e certificações
Inteligência de Mercado	Observatórios acadêmicos, IBGE, ApexBrasil, CAMEX	Coleta e análise de dados para identificar oportunidades
Articulação Institucional	Governos federal, estadual e municipal; associações empresariais	Intermediação com câmaras de comércio e consulados
Participação Social	Organizações comunitárias e sociedade civil	Inclusão de perspectivas locais e legitimação de decisões

Fonte: Entrevistas e análise qualitativa da pesquisa, 2024.

A análise reforça a constatação de que as MPEs carecem de preparação para competir em mercados internacionais. A implementação de um Observatório Internacional com foco em inteligência de mercado e governança multinível pode funcionar como plataforma estratégica para mapear oportunidades de exportação, estimular a geração de negócios e empregos e consolidar um desenvolvimento local sustentável, em consonância com os ODS 8, 9 e 17. Os dados apontam que a baixa preparação exportadora está ligada à ausência de políticas de suporte integradas e à fragmentação institucional. Com base nos resultados, propõem-se quatro proposições para políticas públicas: (i) Integração de Dados e Transparência – Criação de

observatórios regionais para centralizar informações de exportação, seguindo padrões da OCDE e do International Trade Centre (ITC).; (ii) Rede Permanente de Apoio – Institucionalização de conselhos multissetoriais, envolvendo universidades, governo e sociedade civil, para suporte técnico e estratégico contínuo às MPEs (iii) Capacitação com Foco em ODS – Programas de formação inspirados em políticas orientadas por missões (Mazzucato, 2021), visando atender aos ODS 8, 9 e 17. (iv) Diplomacia Econômica Local – Estímulo a parcerias internacionais que facilitem o acesso a novos mercados e reforcem o desenvolvimento territorial sustentável.

A pesquisa, conduzida sob rigor ético e confidencialidade, demonstra que um Observatório Internacional poderia se consolidar como instrumento estratégico de apoio às MPEs, oferecendo inteligência de mercado e articulando uma rede de cooperação entre universidades, governo e sociedade civil. Sua implementação tem potencial para mapear novos mercados, impulsionar negócios e gerar empregos, fortalecendo o desenvolvimento local sustentável em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Considerações finais

Este estudo atingiu o objetivo de diagnosticar as barreiras à internacionalização de micro e pequenas empresas (MPEs) e de avaliar o potencial de criação de um Observatório Internacional como fórum de apoio. A análise de 15 MPEs do estado do Rio de Janeiro, com base em dados de Sebrae, IBGE, ApexBrasil, CAMEX, OCDE e UNCTAD, revelou que, embora atuem em setores com reconhecido potencial de exportação, nenhuma possui plano formal, equipe dedicada ou pleno domínio das exigências internacionais. Essa realidade confirma a literatura que destaca a baixa prontidão exportadora e a necessidade de políticas públicas integradas e colaborativas.

Os achados indicam que um Observatório Internacional poderia funcionar como plataforma de inteligência de mercado e articulação multissetorial, reunindo universidades públicas e privadas, governo e sociedade civil. Tal estrutura permitiria oferecer dados estratégicos, apoio técnico e capacitação continuada, ampliando a competitividade das MPEs e favorecendo a geração de empregos e negócios locais. A proposta reforça os princípios de governança multinível e inovação aberta, alinhando-se ao modelo da Hélice Quádrupla e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 8, 9 e 17).

Para dar continuidade a esta agenda, sugere-se que pesquisas futuras ampliem a amostra para diferentes regiões e setores, de modo a fortalecer a validade dos resultados. Recomenda-se também a realização de estudos longitudinais, acompanhando empresas por prazos superiores a dois anos para avaliar efeitos de longo prazo. Além disso, é relevante testar projetos-piloto de Observatórios Internacionais, explorando formatos de governança, estratégias de financiamento verde e parcerias público-privadas, capazes de garantir sustentabilidade financeira e expansão nacional. Essas investigações complementares poderão validar empiricamente as proposições apresentadas e oferecer subsídios concretos para políticas públicas mais eficazes. Com isso, a inteligência de mercado se transformaria em crescimento econômico, inclusão produtiva e fortalecimento do desenvolvimento local sustentável, consolidando o Observatório como instrumento estratégico de apoio à internacionalização das MPEs.

Referências

ApexBrasil. Relatório de internacionalização de empresas brasileiras. Brasília: **Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos**, 2024. Disponível em: <https://www.apexbrasil.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2020.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID. **Innovation and trade for sustainable growth in Latin America**. Washington, DC: BID, 2023. Disponível em: <https://publications.iadb.org>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CARAYANNIS, E. G.; GRIGOROUDIS, E. Quadruple and quintuple innovation helix frameworks for knowledge, innovation and entrepreneurship. **Journal of the Knowledge Economy**, v. 13, n. 3, p. 1651–1677, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s13132-020-00713-0>

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; MATOS, M. P. Sistemas de inovação e políticas públicas para a transição econômica no Brasil. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 21, n. 1, p. 85–110, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20396/rbi.v21i1.8662487>

CASTAGNA, F. et al. Assessing SMEs' internationalisation strategies in action. **Applied Sciences**, v. 10, n. 14, p. 4743, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/app10144743>

CHESBROUGH, H.; BOGERS, M. Open innovation: Research, practices, and policies. **Oxford: Oxford University Press**, 2022.

CHILD, J.; KARMOWSKA, J.; SHENKAR, O. The role of context in SME internationalization – A review. **Journal of World Business**, v. 57, n. 1, p. 101267, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2021.101267>

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – CNS. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

DABIĆ, M. et al. Pathways of SME internationalization: A bibliometric and systematic review. **Small Business Economics**, v. 55, p. 705–725, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11187-019-00181-6>

DA ROCHA, A.; NEVES DA FONSECA, L.; KOGUT, C. S. Small firm internationalization using digital platforms: An assessment and future research directions. **International Marketing Review**, v. 41, n. 5, p. 981–1015, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1108/IMR-10-2023-0280>

DUNG, L. T.; DUNG, T. H. H. Business model innovation: A key role in the internationalisation of SMEs in the era of digitalisation. **Journal of Innovation and Entrepreneurship**, v. 13, p. 48, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1186/s13731-024-00391-7>

FERNANDES, C.; VEIGA, P. M.; GERSCHEWSKI, S. SME internationalisation: Past, present and future trends. **Journal of Organizational Change Management**, v. 36, n. 1, p. 144–161, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1108/JOCM-05-2022-0146>

FERREIRA, J. J. M.; FERNANDES, C. I.; VEIGA, P. M. The role of entrepreneurial ecosystems in SME internationalization. **Journal of Business Research**, v. 157, p. 113603, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2022.01.041>

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022

HOWLETT, M.; RAMESH, M. Studying public policy: Principles and processes. 4. ed. **Oxford: Oxford University Press**, 2020.

HU, L.; FILIPESCU, D. A.; PERGELOVA, A. Understanding SMEs' internationalization through digital platforms. **International Marketing Review**, v. 41, n. 5, p. 1044–1073, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1108/IMR-09-2023-0252>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/cadastro-central-de-empresas.html>. Acesso em: 10 jan. 2024.

INTERNATIONAL TRADE CENTRE – ITC. Trade Map: Trade statistics for international business development. Geneva: **ITC**, 2024. Disponível em: <https://www.trademap.org>. Acesso em: 10 jan. 2024.

JEAN, R.-J. B.; KIM, D. Internet and SMEs' internationalization: The role of platform and website. **Journal of International Management**, v. 26, n. 1, p. 100690, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.intman.2019.100690>

JOHANSON, J.; VAHLNE, J. The Uppsala internationalization process revisited. **Journal of International Business Studies**, v. 52, n. 7, p. 1185–1203, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1057/s41267-020-00349-7>

KAUR, K.; KUMAR, S. Resource-based view and SME internationalization: A systematic literature review. **Management Review Quarterly**, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11301-024-00478-1>

KRAUS, S. et al. Internationalization, digitalization, and sustainability: Are SMEs ready for such challenges? Technological Forecasting and Social Change, v. 166, p. 120650, 2021. **Techfore**. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.120650>

MARKS, G.; HOOOGHE, L. A postfunctionalist theory of governance. Oxford: **Oxford University Press**, 2021.

MAZZUCATO, M. Mission economy: A moonshot guide to changing capitalism. Londres: **Penguin**, 2021.

MORAIS, F.; FERREIRA, J. J. SME internationalisation process: Key issues and contributions. **European Management Journal**, v. 38, n. 1, p. 62–77, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.emj.2019.08.001>

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Innovation for a sustainable future: Co-creation and citizen engagement in climate policy. Paris: **OECD Publishing**, 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/publications> Acesso em: 10 jan. 2024.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Sustainable Development Goals Report 2023. Nova York: **United Nations**, 2023. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/> Acesso em: 10 jan. 2024.

RAMDANI, B.; BELAID, F.; GOUTTE, S. SME internationalisation: Do the types of innovation matter? International Review of Financial Analysis, v. 88, p. 102681, 2023. **IRFA** DOI: <https://doi.org/10.1016/j.irfa.2023.102681>

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Pequenos negócios: A base da economia do país. Brasília: **Sebrae**, 2023. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SEMENSATO, B. I.; OLIVA, F. L.; ROEHRICH, G. Innovation as an internationalisation determinant of Brazilian SMEs. **Journal of International Entrepreneurship**, v. 20, n. 3, p. 404–432, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10843-022-00317-y>

STAL, J.; MACIEL, C.; VISMARA, S. Tackling business model challenges in SME internationalization. **Journal of Business Research**, v. 142, p. 389–400, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2022.02.010>

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. World Investment Report 2024. Geneva: United Nations, 2024. Disponível em: <https://unctad.org/webflyer/world-investment-report-2024>. Acesso em: 10 jan. 2024.

YIN, R. K. Case study research and applications: Design and methods. 6. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2022.

ZAHOOR, N.; AL-TABBAA, O.; KHAN, Z.; WOOD, G. Collaboration and internationalization of SMEs. International **Journal of Management Reviews**, v. 22, n. 4, p. 427–456, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/ijmr.12238>